

"UMA PINTURA DE TODA A TERRA": A DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA NA PROSA HISTÓRICA DO SÉCULO XVIII

"A PAINTING OF THE WHOLE EARTH": GEOGRAPHICAL DESCRIPTION IN 18TH-CENTURY HISTORICAL PROSE

"UNA PINTURA DE TODA LA TIERRA": LA DESCRIPCIÓN GEOGRÁFICA EN LA PROSA HISTÓRICA DEL SIGLO XVIII

Marcelo Kochenborger Scarparo¹

RESUMO: Esta investigação tem por objetivo analisar as descrições do espaço nas "dissertações históricas" produzidas pela Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-1725). Tais dissertações inseriram-se na prosa histórica constituída na época e foram divididas pelos acadêmicos em história política, militar, eclesiástica e natural. A discussão de algumas práticas e concepções sócio-políticas e culturais do Antigo Regime português se incorpora neste trabalho ao lado da leitura retórica, a fim de embasar nossas análises. Em especial, consideramos a pertinência das tópicas retóricas *theatrum mundi* e *ut pictura poesis* para uma compreensão dos aspectos geográficos na historiografia produzida no contexto dessa academia letrada. O trabalho demonstra o emprego dessas tópicas, pelos intelectuais luso-americanos, para construção de uma paisagem, partindo do desenho de um cenário para a narração de ações humanas sobre ele. Em um contexto de grandes transformações no campo do Direito Internacional, associava-se a temática do providencialismo às descrições geográficas a fim de produzir uma imagem do Império Português desde uma perspectiva americana.

Palavras-chave: Academia dos Esquecidos. *Ut pictura poesis*. *Theatrum mundi*.

ABSTRACT: This investigation aims to analyze the descriptions of space in the "historical dissertations" produced by the Academia Brasileira dos Esquecidos (Salvador, 1724-1725). These dissertations were part of the historical prose written at the time and were divided by the academics into political, military, ecclesiastical, and natural history. The discussion of some socio-political and cultural practices and concepts of the Portuguese Old Regime is incorporated into this study alongside a rhetorical analysis to ground our evaluations. In particular, we consider the relevance of the rhetorical topoi *theatrum mundi* and *ut pictura poesis* for an understanding of the geographical aspects in the historiography produced within the context of this scholarly academy. The study demonstrates the use of these topoi by Luso-American intellectuals to construct a landscape, starting with the design of a setting to narrate human actions upon it. In a context of major transformations in the field of International Law, the theme of providentialism was associated with geographical descriptions to produce an image of the Portuguese Empire from an American perspective.

Keywords: Academia dos Esquecidos. *Ut pictura poesis*. *Theatrum mundi*.

¹Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RESUMEN: Esta investigación tiene por objetivo analizar las descripciones del espacio en las "disertaciones históricas" producidas por la Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724-1725). Dichas disertaciones se insertaron en la prosa histórica constituida en la época y fueron divididas por los académicos en historia política, militar, eclesiástica y natural. La discusión de algunas prácticas y concepciones sociopolíticas y culturales del Antiguo Régimen portugués se incorpora en este trabajo junto con la lectura retórica, con el fin de fundamentar nuestros análisis. En especial, consideramos la pertinencia de los tópicos retóricos *theatrum mundi* y *ut pictura poesis* para una comprensión de los aspectos geográficos en la historiografía producida en el contexto de dicha academia letrada. El trabajo demuestra el empleo de estos tópicos, por parte de los intelectuales luso-americanos, para la construcción de un paisaje, partiendo del diseño de un escenario para la narración de acciones humanas sobre él. En un contexto de grandes transformaciones en el campo del Derecho Internacional, se asociaba la temática del providencialismo a las descripciones geográficas con el fin de producir una imagen del Imperio Portugués desde una perspectiva americana.

Palabras clave: Academia dos Esquecidos. *Ut pictura poesis*. *Theatrum mundi*.

INTRODUÇÃO

A Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em São Salvador da Bahia de Todos os Santos no mês de março de 1724, tinha como objetivo ampliar a produção letrada no ultramar e elaborar dissertações históricas acerca dos territórios lusitanos na América. Tendo se estendido até fevereiro de 1725, a instituição reuniu alguns dos principais letrados então residentes na América Portuguesa em torno de discussões históricas e poéticas.

2

O projeto de escrever uma monumental história de Portugal já vinha sendo traçado e posto em prática desde a reunião da Academia Real de História Portuguesa (1720), em Lisboa. Fortemente ligadas à monarquia desde sua fundação, as academias foram palco e instrumento da elaboração de discursos historicamente embasados para o sustento das políticas lusitanas na Europa e no Ultramar (MOTA, 2003).

Podemos considerar que, nesse período, uma série de transformações em nível mundial afetou as políticas territoriais lusitanas. Em especial, destaca-se o envolvimento português na Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714). Nesse episódio a aliança com as forças perdedoras do conflito resultou no enfraquecimento da posição do Império frente às demais potências europeias. O término dessa guerra foi pautado por uma série de negociações. Dentre essas, distingue-se o tratado de Utrecht (1714), através do qual se estabeleceu o enfraquecimento das bulas papais como argumento de garantia das posses ultramarinas. A partir de então, se enfatizou os princípios jurídicos amparados pela *lei natural*² e pela posse territorial efetiva e

² A ideia de lei natural vem dos escritos de São Tomás de Aquino. Se trata de um conjunto de preceitos superiores às leis humanas, imutáveis e racionais. O conceito tomista foi aplicado ao campo do direito internacional, em

comprovada. Alguns anos mais tarde, nas negociações do Tratado de Madri (1750), esse processo se consolidou juridicamente com a aplicação do princípio do *uti possidetis*, que garantia a posse efetiva de um determinado território para a potência que pudesse comprovar seu uso e ocupação.³ Dentro desse contexto, a História e a Geografia ocuparam um lugar importante no trabalho dos governantes e diplomatas. A Academia Real de História Portuguesa e a Academia Brasileira dos Esquecidos estiveram, portanto, relacionadas com a formulação de perspectivas para o direito imperial (KANTOR, 2009).

Nas práticas letradas das academias luso-americanas setecentistas, a escrita da história seria amparada pela composição de dissertações históricas, nas quais estariam reunidos e discutidos os fatos e os relatos pertinentes para o conhecimento da história a escrever. O letrado Luís Siqueira da Gama (1969, p. 13) definia a dissertação enquanto a *"disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão"*. Portanto, essa considerava diversos argumentos disponíveis a respeito de uma matéria e os contrapunha a fim de chegar a um juízo sobre o que é mais verossímil. Esse processo levava o orador à elaboração de uma sentença. Nesse sentido, podemos concluir que as dissertações estavam estruturadas por uma série de procedimentos críticos e retóricos, *"de produção da verdade sobre temas ainda em disputa"* (NICOLAZZI, 2010, p. 45). Os procedimentos discursivos que levariam a essa opinião mais acertada são listados pelo acadêmico Luís Siqueira da Gama (1969, p. 24):

Tem por matéria a dissertação, tôda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim averiguação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas, se formam as instâncias, e discorrem as distensões.

Em tais dissertações encontrava-se espaço para a discussão de quais argumentos eram de maior ou menor valia, quais autores eram mais confiáveis, assim como a adequação dos fatos à cronologia e à geografia considerada mais verdadeira. A história seria escrita juntando essas memórias em um texto narrativo, livre de qualquer análise crítica (CAJUEIRO, 2007), sendo que, conforme o acadêmico Gonçalo Soares da Franca (1969, p. 255), *"dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pretensão de questionar"*.

especial pelo holandês Hugo Grotius, para quem a racionalidade humana seria capaz de promover a sociabilidade entre diferentes Estados. Um conjunto de regras básicas dessa convivência se estabelecia e o rompimento de alguma delas era entendido como justa causa para uma guerra (BARNABÉ, 2009).

³ No contexto do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão defendeu com sucesso a tese de valorizar as ocupações territoriais realizadas por Espanha e Portugal, em detrimento da linha estabelecida em Tordesilhas. Com isso, o tratado se consumou por meio de trocas territoriais. A aplicação do princípio romano de *uti possidetis* ao contexto dos domínios ibéricos na América acarretou profundas mudanças no Direito Internacional. (PALERMO; FLORES, 2022)

Veremos, no entanto, que essa narração compreende também a descrição do espaço onde se estabelecem as relações humanas explicitadas. De acordo com o Vocabulário Portuguez & Latino, de Raphael Bluteau (1712-1728, p. 39), a história se define enquanto

A narração das cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo & com certas pessoas ou nações. De todas as Histórias, a mais certa é a da Sagrada Bíblia, como dictada pelo Espírito Divino, deve ser preferida a todas & (segundo advertio S. Agostinho, livro 18. De Civit. Dei, cap. 40) quando em historiadores prophanos achamos cousas contrárias ás que estão na Biblia, havemos de ter por certo que são falsas.

É evidente o caráter de narração atribuído à história. No entanto, a menção de que os acontecimentos se deram "*em algum lugar, em certo tempo*" acrescenta as questões da cronologia e da geografia, situando os eventos narrados no espaço e no tempo. Como veremos adiante, duas tópicas - *theatrum mundi* e *ut pictura poesis* - são especialmente relevantes para a composição das relações espaciais tanto por seus aspectos humanos quanto naturais nas dissertações históricas.

Para além da simples descrição e narração, se evidencia a aproximação entre história e política para os letrados que compunham a Academia Brasílica dos Esquecidos. A partir da tópica retórica *historia magistra vitae*, destacava-se a importância da primeira para o exercício correto da segunda. Assim afirmava Luís Siqueira da Gama (1969, p. 27):

Grande é a semelhança que tem a política com a história, muita é a utilidade que a história tributa magnificamente à política; é a história verdadeira narração das coisas passadas, e para a política poder exercer o seu fim, e cumprir com o seu objeto, não podia ter mais eficaz meio do que a verdade da história, como vida que é da lembrança e mestra da vida.

4

Nesse sentido, a dissertação assume seu caráter de disputa pelo passado (NICOLAZZI, 2010, p. 51), associando-se à construção de argumentos passíveis de sustentar determinados atos políticos futuros, assim como discutindo as políticas do passado para valorizar um ou outro aspecto, legitimando ações de alguns governantes e instituições, enquanto criticam outros. O academicismo luso-americano, ao ser fomentado pela monarquia, situou-se nesse entroncamento entre política e história. Assim, conforme a historiadora Thaise Silva (2009, p. 209), a Academia Real de História Portuguesa teria criado "*um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca.*" cujo plano:

Operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica, e, de outro, ao clero que atua nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.

A Academia Brasílica dos Esquecidos, enquanto braço ultramarino dessa instituição inseriu-se na economia de mercês⁴, valorizando também a monarquia portuguesa em seus discursos.⁵ A partir da tópica que comparava os esforços "pela espada e pela pena" para a manutenção e expansão do Império, declarava-se uma importância dos acadêmicos análoga à dos soldados e conquistadores (KANTOR, 2004). Dissertou o acadêmico Inácio Barbosa Machado (1999, f. 26-28):

No dia 24 de Abril descobriu a sorte de Pedro Álvares Cabral estas Províncias para o Domínio de Portugal, neste dia de 23 descobre a magnanimidade do Excelentíssimo Vice-Rei estes Estados para os ilustres com a memória dos escritos. No primeiro descobrimento se achou o terreno, e caduco, no segundo se imortaliza o corruptível. No primeiro obrou o acaso esta grande felicidade, no segundo executa o conselho esta memorável ação que terá ao mundo por teatro, a fama por História, e glória por estátua.

A definição de História de Bluteau, da qual tratamos acima, também remete à articulação retórica entre teologia e política, apontada por Hansen como uma característica das letras luso-americanas que se relaciona fortemente com o desenvolvimento das políticas de Estado em Portugal.

Na teologia-política que regula o absolutismo católico, teologemas do Velho e do Novo Testamento aparecem fundidos com enunciados de antigas doutrinas políticas definindo a natureza do poder temporal dos reis segundo o modelo do poder espiritual do papa. Em Portugal, os jesuítas e os dominicanos neo-escolásticos autores e divulgadores desses textos doutrinaram e organizaram a 'política católica' da Coroa como ação indissociável da ética cristã, opondo-se enfaticamente a Lutero e Maquiavel, sempre identificados como autores 'diabólicos'. É no âmbito dessa 'política católica' que as noções de 'educar', 'educação', 'civilizar' e 'civilização' devem ser definidas, evitando-se a generalização transistórica de sua significação e sentido (HANSEN, 2000, p. 24).

5

Nas dissertações do acadêmico Gonçalo Soares da Franca fica explicitada a interação entre a divina providência e a conquista da América, a partir de um ponto de vista político:

Confrontando com todas as notícias já mencionadas, resolveu El-Rei mandar povoar o Brasil, porque a uberdade da terra, a exuberância das águas, a beneficência do clima, e sobretudo a perdição daquelas almas, eram veementes estímulos para outro peito ainda menos piedoso, que o daquele excelente Monarca (FRANCA, 1964, p. 275).

O ato do monarca português, acima de qualquer interesse, é retratado como um ato de piedade religiosa. Associa-se, aqui, a ideia da ocupação do Brasil como ato de fé, ao mesmo tempo em que se desenha uma paisagem: a natureza descrita como exuberante e produtiva chama atenção em oposição à caracterização do elemento humano. A salvação das almas, por meio da expansão do cristianismo, se coloca como objetivo da Coroa Portuguesa para as terras

⁴ As mercês eram formas de recompensa oferecidos pelo monarca aos vassallos que lhes prestaram serviços. O conceito de "economia de mercês", segundo Fernanda Olival (2001), traduz uma extensa rede de relacionamentos e influências pautadas pela organização social e política do Antigo Regime.

⁵ A publicação de memórias e panegíricos é vista, por Íris Kantor (2004), enquanto uma estratégia de propaganda incorporada pela atividade acadêmica, associada a uma expectativa de retribuição da mercê régia.

da América. As representações do espaço e do tempo produzidas naquele contexto trazem consigo essa marca, sendo indissociáveis da teologia-política que conduz a narrativa.

A PINTURA DA TERRA E O TEATRO DO MUNDO

O conhecimento sobre o espaço em Portugal esteve bastante associado à prática da cosmografia, também conhecida como geografia universal. Essa forma de conhecimento se baseava na astronomia para marcar divisões no globo, sem se preocupar em grande medida com a explicação de fenômenos, valorizando, por outro lado, a descrição detalhada de largos espaços (LESTRINGANT, 2009).

Cosmographia é o mesmo que descrição do mundo. Na cosmographia se compreende a Astronomia, que descreve os Astros, & Globos celestes, a Hydrographia, que descreve os mares, os rios, & outras particularidades do elemento da agoa, & a Geographia, que descreve as terras, Províncias, Reynos, & Impérios da terra. (BLUTEAU, 1712-1728, p. 583)

Nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos, essa tradição cosmográfica se apresenta na delimitação da América, situando-a entre o mundo conhecido pelos europeus e também cedendo espaço para a importante tópica dos futuros achamentos dentro do mesmo continente. Assim, os elementos espaciais das dissertações se estabeleciam segundo pressupostos cosmográficos reunidos ao longo da experiência portuguesa. Temos as descrições geográficas amparadas em argumentos astronômicos, hidrográficos e geográficos separadamente e, ao mesmo tempo, compondo um todo harmônico ao tentar comprovar as teses.

Esse conjunto de argumentos leva a uma tópica recorrente e central nas dissertações, que trata da inserção da América no universo conhecido pelos referenciais europeus, particularizando-a por algumas excelências, o que remete à possibilidade de, a partir dela, chegar a novos conhecimentos acerca da natureza.

Tem em si, e produz a América o mais raro, útil e precioso que a Natureza espalhou por diversas Regiões do Universo, e além destas, muitas, e particulares excelências, de que as outras Regiões não gozam, nem participam (FIGUEIREDO, 1969, p. 153).

Entre as características apontadas para a natureza americana, Caetano de Brito e Figueiredo (1969, p. 185-199) lista "a bondade dos Ares", "a abundância de tudo o que gera a natureza" e "a opulência (...) dos produtos". A ideia de uma natureza harmoniosa, exuberante e produtiva articula-se com a questão da compreensão de mensagens divinas nela inscritas, se pautando na ideia de que os Portugueses estavam destinados a descobrir e explorar esse território, difundindo também a fé e a civilização.

O espírito, a formosura, e a Soberania do Homem, tão difíceis de definir, como de compreender, Simulacro da Divina Ideia, epílogo das coisas criadas, compêndio do Universo, com maior energia Microcosmo, ou pequeno mundo, mas com tal ascendente, que lhe foi destinado o império do mundo todo, dignidade que conseguiu, por ser do Soberano Criador de tudo verdadeiro retrato. Racional Monarquia, donde preside a memória, domina o entendimento, e decide a vontade. (FIGUEIREDO, 1969, p. 140)

Em geral, a descrição da América Portuguesa se faz antes da narração dos fatos, sem uma conexão direta entre acontecimento e descrição regional. A preocupação com aspectos geográficos da América se estabelece muito mais em função de tornar um ou outro argumento mais forte no momento da composição textual.

Uma exceção ao modelo cosmográfico se encontra nas dissertações da história militar, de Inácio Barbosa Machado. Na quarta dissertação desse conjunto verificamos a importância de uma descrição "geográfica e corográfica" no lugar do apelo à cosmografia.

Era preciso mostrar o teatro em que obramos aquelas maravilhas do esforço, e o prodígios da fidelidade, para que lendo-se a situação das Campanhas, a força dos lugares, e a Capacidade dos Portos, e defensível das Paisagens entende-se o mando, que ao nosso ardor militar supriu o coração dos Soldados, e não benefício dos postos e que a Constância dos sítios que sustentamos cobrou o sofrimento dos ânimos sem o reparo das fortificações por esta causa não falarei tanto das propriedades naturais dos seus Países, e dos costumes de seus Povos porque além de ser emprego de outros mais sólidos engenhos, e claríssimos Mestres dessa Excelentíssima e Nobilíssima Academia, não toca ao intuito desta nossa obra, nem o permitem as rigorosas leis do método das nossas Dissertações da Guerra Brasília (MACHADO, 1999 f.52v-53).

7

A opção por uma descrição corográfica se deve, portanto, à necessidade de valorizar questões que, na cosmografia, são desconsideradas ou secundárias, como as fronteiras naturais e os aspectos humanos - históricos, produtivos, estratégicos - de cada região. A corografia é descrita por Bluteau (1712-1728, p. 556) da seguinte maneira:

Descrição de qualquer lugar, pays ou Região particular, & nisto difere Corographia de Geografia, que assim como a pintura de hum homem, com todas as partes, & proporções de membros, he diferente da pintura de um braço somente, ou de qualquer outra parte separada; assim a Geographia he como uma pintura de toda a terra com suas partes, & demarcações, & a Corographia trata somente de alguma terra em particular, sem ordem nem respeito, às outras, empregandose mais nos accidentes, & qualidades da terra, como são portos, quintas, edifícios, muros, & que na quantidade, a qual principalmente considera a Geographia.

As dissertações sobre a história militar, por sua vez, denotam a necessidade de detalhar as especificidades da localização das guerras. Isso levou a uma opção descritiva diferente no conjunto das dissertações de história militar. Enquanto os outros acadêmicos preocuparam-se com a totalidade do mundo e, em específico com a América Portuguesa, Inácio Barbosa Machado voltou-se para a descrição pormenorizada de uma ou outra parte, destacando a importância de aspectos espaciais e naturais no desenvolvimento das guerras.

Como vimos, os outros três lentes da Academia dos Esquecidos, voltados às histórias eclesiástica, natural e política, partiam de elementos cosmográficos, inserindo a América Portuguesa entre o mundo conhecido pelos europeus, situando-a também cronologicamente em relação à história política e à tradição cristã. Fazia-se, para tanto, necessário estabelecer uma história dos descobrimentos, da fundação de cidades e da expansão do cristianismo além de delimitar climas, rios, linhas divisórias da terra a partir dos astros e os efeitos de aspectos naturais na disposição e na saúde humana.

A escolha por uma ou outra forma de descrição espacial se define pela invenção⁶ de argumentos destinados a uma ou outra temática dissertativa. Em linhas gerais, no entanto, verifica-se uma finalidade comum entre todos os quatro conjuntos de dissertações, no tocante a esse tema. Trata-se da valorização da ação dos portugueses como ato cristão, sendo o povo escolhido por Deus para descobrir e difundir a fé católica na América. A natureza surge como obra divina funcionando em perfeita harmonia, na qual por vezes ocorrem intervenções em favor de um ou outro povo.

Essas elaborações narrativas partem da tópica retórica que entende a história como pintura. Sua origem está na querela desenvolvida no campo das artes entre os séculos XVI e XVIII, opondo aqueles que consideravam a cor como fundamento da pintura (rubenistas) e aos que atribuíam tal função ao desenho (poussinistas). A definição da pintura como desenho era a maneira mais direta de inserir a pintura entre as artes liberais, valorizando sua aproximação com o texto escrito. Em Portugal, assim como na América Portuguesa, a forte presença da doutrina neo-escolástica contou a favor dessa definição da pintura como desenho, aproximando-a de aspectos narrativos referentes ao texto bíblico e à história (PIFANO, 2009).

A tópica retórica *ut pictura poesis*, presente nos tratados da antiguidade clássica e revalorizada entre os séculos XVI e XVIII, compreende uma comparação entre as representações do mundo pela poesia e pela pintura, em que os referenciais retóricos são aproximados. Não se trata de uma equalização no plano semântico, mas de procedimentos estilísticos compatíveis (HANSEN, 2006, p. 117). Observando-se as características pertinentes à arte clássica, as duas formas artísticas deveriam tratar dos temas históricos e heróicos.

⁶ Referimo-nos à invenção no seu sentido retórico, *inventio*, significando a busca e seleção de argumentos que irão compor o discurso.

Em Portugal, a doutrina artística esteve marcada pelo crivo da neo-escolástica, sendo o modelo do genovês Leon Battista Alberti, adaptado de acordo com os preceitos validados pela Igreja Católica.

A doutrina do desenho, um modelo cultural difundido pela Igreja Católica, fundava-se na interpretação tanto da retórica aristotélica, quanto dos textos italianos dos quinhentos, entre os quais, Alberti. Que a pintura colonial brasileira integrava um programa contrarreformista de catequese é inegável (PIFANO, 2009, p. 2604).

Em sua obra, Alberti (1999, p. 112) chega a traçar o paralelo direto entre pintura e história, afirmando, sobre a composição - entendida como ajuste entre as partes, formando um todo - da pintura que “*a grande obra do pintor é a história; os corpos são partes dessa história; os membros são partes desses corpos; as superfícies são partes dos membros.*”. O sistema adotado pautou-se na ideia de que as artes visuais poderiam trabalhar a partir de conceitos, sendo capazes, assim como a poesia, de produzir representações de aspectos da natureza, oferecendo uma compreensão da mensagem divina. Nesse sentido, as orientações seguidas por essas artes se aproximavam às da poesia. Para narrar a história, a pintura se serviria do desenho, visto que esse era capaz de captar e representar elementos oriundos da criação divina.

Escrito em língua portuguesa e publicado em 1615, o tratado de Philippe Nunes pautou-se nas ideias de Alberti para aproximar as ideias das artes visuais à doutrina católica da Contrarreforma. A ideia de que meios indiretos eram necessários para a compreensão da mensagem de Deus valorizava a discussão acerca das representações por meios pictóricos e escritos, no que se estabelece a importância teológico-política da pintura e da escrita. (PIFANO, 2004) Assim como Alberti, Nunes considerou que as duas formas artísticas deveriam ser produzidas tendo em vista os meios retóricos homólogos. A questão da pintura se estabelecer da mesma forma que uma história também segue valorizada por Nunes.

Não só deleita, e agrada aos olhos a Pintura, mas faz fresca a memória de muitas coisas passadas, e nos mostra diante dos olhos as histórias muito tempo há acontecidas. Serve mais a pintura que vendo pintadas as façanhas, e casos ilustres nos excitamos, e animamos para cometer outros semelhantes como se as lêramos em historiadores (NUNES, 1982, p. 70).

Essa mesma tópica foi verificada por Eduardo Sinkevisque (2005) nas representações acerca das invasões holandesas no Brasil, nas quais se construiu um discurso histórico por meio da escrita e também de recursos imagéticos. Assim, a tópica se estabelecia enquanto *ut pictura historia / ut historia pictura*, sendo aplicados padrões formais e teológico-políticos homólogos no gênero histórico tanto na pintura quanto na escrita, que compartilhariam também as tópicas retóricas e poéticas.

Podemos considerar, nesse sentido, a história como uma seleção de tópicos retiradas de outros textos do mesmo gênero, reproduzidas e realocadas e selecionadas de acordo com o necessário para obter o efeito persuasivo adequado a cada assunto. Trata-se de uma *historiarum copia*, de uma história seleta (SINKEVISQUE, 2000).

Esses elementos colaboram para a identificação de práticas de escrita formadoras das descrições da terra e também da conexão entre os elementos descritos com uma série de argumentos importantes para o estabelecimento da narrativa a que se propunham os acadêmicos. Tanto os aspectos cosmográficos/espaciais quanto os aspectos históricos/temporais se estabelecem segundo tópicos teológico-políticas adequadas ao gênero desenvolvido. A "pintura da terra", delineando os traços dos cenários, traz em si uma série de elementos integrados a essa narrativa, por sua vez estabelecida como ação também a ser pintada ou, ainda, desenvolvida como uma "farsa" teatral.

Gonçalo Soares da Franca, enunciando os assuntos de sua dissertação acerca da história eclesiástica, acrescenta a tópica do *theatrum mundi*, metáfora de uso corriqueiro na Europa moderna. Essa se refere a representações espaciais ao mesmo tempo políticas e teológicas, visto que geralmente remete a dois elementos de significação - um deles é o mundo da experiência cotidiana, sensível e diretamente reconhecido, enquanto o outro se encontra secreto e é o lugar das verdades divinas (WEST, 2008).

10

Dividi-la-ei [a história] em três partes. A primeira tratará do descobrimento do Brasil pelo famoso Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, e pelo conseguinte da sua descrição, porque sendo êste o teatro do meu assunto, mal se entenderá a farsa se não se delinear o teatro, e esta parte compreenderá a averiguação de quem foram os seus primeiros habitantes; quando, e como a ela passaram, se tinham alguma Luz, ou sombra da Religião Católica, que Lei professavam; se é certo, ou ao menos verossímil que à América viesse S. Tomé, e no caso que viesse, se nela foi ouvida e abraçada a sua doutrina (FRANCA, 1969, p. 228).

A ligação entre *ut pictura historia* e *theatrum mundi* se estabelece a partir das noções de descrição e narração. O curso dos eventos deveria ser elaborado no texto após a construção do lugar onde se deram, de forma que a "pintura da terra" também podia ser entendida enquanto a construção de um cenário. A tópica do teatro do mundo integra a noção de providencialismo e destino, tal como se percebe na escrita dos acadêmicos luso-americanos. É nos jesuítas que os letrados da Academia dos Esquecidos buscam essas referências. Padre Antônio Vieira, em sua *História do Futuro* (2005, p. 250), argumenta:

É este mundo um teatro; os homens as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas ideias de sua Providência.

A expressão "delinear o teatro" ao mesmo tempo remete à uma metáfora acerca da prática da pintura e a uma metáfora cenográfica. "Delinear", afinal, remete à ação de lineamento do desenho, que de acordo com o tratado já referido de Philippe Nunes seria o principal aspecto da pintura, acima da cor, valorizando a pintura como ideia, de acordo com os princípios da Contrarreforma (PIFANO, 2004).

Temos, portanto, que a primeira etapa da construção desse conjunto de dissertações trataria dessa questão descritiva e geográfica, valorizando o estado em que a América se encontrava antes de ser conhecida pelos povos europeus. Trata-se, então de uma primeira pintura, na qual se insere a terra, os seus habitantes nativos, a fauna e a flora, os climas, entre outros elementos considerados naturais.

Em seguida, é possível notar uma crescente importância da temporalidade na argumentação. Se até essa primeira parte o tempo a que se referia o acadêmico era bíblico ou incerto porque pré-colombiano, a obra passa para outra fase com a narração das ações lusitanas no processo de descobrimento, ocupação e proteção das terras do Novo Mundo, que compõe a segunda e terceira⁷ partes da obra.

A segunda parte mostrará quais foram os principais cultores desta vinha; quando se fundaram as Igrejas Paroquiais, que hoje existem, e as religiões, que agora permanecem, descrevendo, ainda que sucinta, topograficamente os Lugares, e situações de suas Igrejas, ou por emendar o escrito, ou por noticiar o que se não escreveu; o número de Vigários, e rendas das vigairarias; qual e quando foi o fruto espiritual que produziram as missões; que se fizeram e as Aldeias que se fundaram; e nesta parte se incluirá a vida dos Bispos, que depois passaram a Arcebispos na Bahia. A terceira e última dirá o número e qualidade dos Mártires, que pela fé acabaram, e dos Varões Ilustres, que em Santidade e Letras floresceram, concluindo-a com os estupendos milagres, que se viram, deixados porém na pia credulidade dos fiéis, porque sem a aprovação da Igreja não lhes devemos mais fé, que aquela, que lhe atribuem os decretos de Urbano VIII, uma vez feitos, e outra modificados (FRANCA, 1969, 228).

Percebe-se, portanto, o objetivo de compor pelo menos duas imagens diversas acerca da América Portuguesa. Em uma primeira pintura, o estado do continente e de seus habitantes antes da chegada dos navegadores lusitanos é demonstrado. Posteriormente, valoriza-se o que foi feito dessa terra, em um processo de civilização e expansão da fé católica que seria, de acordo com os ditos acadêmicos, guiado e amparado pela divina providência.

Voltamos assim à já referida tópica analisada por Sinkevisque - *ut pictura historia, ut historia pictura* - em salientar que o conjunto desenhado por Gonçalo Soares da Franca procura,

⁷ O conjunto de dissertações aqui referido encontra-se, até onde se sabe, inconcluso. É conhecida a totalidade das dissertações que compõem a primeira parte, e três dissertações componentes da segunda parte. Possivelmente o restante do conteúdo nunca foi escrito ou proferido em razão da suspensão das atividades da Academia Brasileira dos Esquecidos em 1725.

em linhas gerais, demonstrar uma ação e valorizar uma ideia, tratando da bondade na expansão da fé católica para a América Portuguesa. O providencialismo, bastante presente na argumentação desses letrados, foi muito evocado ao tratar das possibilidades de exploração do Continente e da ampliação do domínio territorial português. Unem-se as possibilidades da ação humana com a promessa da divina providência:

Quanto mais dura a vida, se prolongam os tempos, mais se descobre, mais se conhece, mais se averigua, e muito mais na inteligência destas Profecias, em que devemos supor, que por Mistérios da Providência esteve muitos séculos fechada ao conhecimento dos homens. Não é proposição do meu juízo é dogma de São Pedro escrevendo aos Hebreus. Afirmo o Santo Apóstolo que acomodou a Eterna Sabedoria aos Séculos repartindo-os conforme os decretos de sua palavra para que as coisas invisíveis se fizessem visíveis (MACHADO, 1999, f. 29v).

A atividade erudita é voltada a articular o conhecimento advindo das novas revelações com o saber já estabelecido. Era necessário inserir a experiência colonial entre o conjunto dos conhecimentos possuídos pelo ocidente.

Fabricar porém a história de um novo mundo por cinco mil novecentos e vinte e três anos não conhecido descobrir o que a Natureza produziu numa região tão dilatada, como a do Brasil há duzentos e vinte e quatro anos descoberta, e não de todo penetrada, ainda parece maior ousadia, ainda parece mais agigantada temeridade (FIGUEIREDO, 1969, p. 142).

Para além da somatória de conhecimentos adquiridos, a atividade letrada tratava de construir uma argumentação retórica acerca dessa experiência, inventariando elementos derivados das doutrinas católicas, dos conhecimentos náuticos e do senso comum, por exemplo, para então discuti-los a partir de princípios e lógicas apropriadas à filosofia e às necessidades da iniciativa lusitana. De tal forma, o providencialismo se insere na demonstração do valor da conquista lusa da América e da eleição do povo português como propagador da fé católica e da civilização para o Novo Mundo:

Reservara-se tantos anos escondida a notícia da América porque o seu descobrimento fosse o glorioso timbre da nossa Monarquia, e tão opulentas Províncias melhor jóia do Império Lusitano. Era este descobrimento remuneração das religiosas façanhas com que os Portugueses derramando o sangue no obséquio da Lei primeira zelaram a causa de Deus que o interesse dos Príncipes (MACHADO, 1999, f. 18v).

Sendo a natureza considerada uma obra conclusa e uma máquina funcionando em perfeita harmonia, caberia à humanidade desvendar e tentar compreender as verdades nela inscritas. Como sinalizou Caetano de Brito e Figueiredo (1969, p.141), os acadêmicos deveriam pautar-se no plano de "descrever a totalidade" e de "indivduar as partes", descobrir "segredos da natureza".

Descrever este todo, individuar estas partes, decifrar estes enigmas da Providência, e descobrir estes Segredos da Natureza, temeridade ainda é maior que a dos Gigantes, quando arrancando penhascos, e acumulando montes intentaram escalar ao mesmo

Olimpo; ousadia é com todo o excesso mais adiantada que a de Prometeu no exacrando roubo da celeste luz, para animar a engenhosa, e humana fábrica.

Mas que coisa há sido dificultosa ao espírito dos homens?

Percebe-se, ainda que sejam valorizadas algumas semelhanças, uma extensa importância dada às individualidades da América em relação à Europa, visto que esta "tem em si, e produz (...) o mais raro, útil e precioso que a Natureza espalhou por diversas regiões do Universo, e além destas, muitas e particulares excelências, de que outras Regiões não gozam, nem participam" (FIGUEIREDO, p. 153). Representar, seja pela escrita, seja pela pintura, esse Novo Mundo era necessário, portanto, para desvendar mistérios da natureza e da providência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tópicos retóricas constituintes da descrição geográfica nas Dissertações Históricas elaboradas pela Academia Brásica dos Esquecidos relacionam-se de maneira extensa com as necessidades políticas de representar e valorizar a iniciativa lusitana nos descobrimentos. As mudanças geopolíticas centralizadas no Tratado de Utrecht e a cultura da Contrarreforma podem ser apontadas como fatores decisivos na maior valorização que se verifica nesse momento do discurso historiográfico como objeto de teologia-política.

As descrições espaciais, assim como os juízos que se formam a partir delas nas obras aqui analisadas, são conformadas a padrões retóricos e argumentativos definidos a partir dessas mesmas questões teológico-políticas. Nesse sentido, a opção entre formas de compreensão espacial em cada conjunto de dissertações - por exemplo, a escolha entre cosmografia e corografia - pode ser definida a partir de sua adequação às tópicos propostas, cada uma respeitando os seus procedimentos para a elaboração de uma "pintura da terra".

A utilização das tópicos descritivas surge, portanto, como suporte para uma argumentação historicamente construída nas etapas narrativas que seguem essa descrição, como se verifica em maior grau nas dissertações da história militar e eclesiástica e política. As dissertações da história natural surgem como uma espécie de exceção em função do objeto de que tratam. No entanto, como discutimos anteriormente, os argumentos compostos pelo lente Caetano de Brito e Figueiredo são também coerentes com as argumentações das outras dissertações da Academia.

A pintura da terra e a pintura dos fatos se fundamentam na junção dos argumentos pautados em elementos naturais com argumentos relativos às ações humanas. A elaboração dos aspectos descritivos segundo a tópica *ut pictura poesis* (ou também *ut pictura historia*) relaciona-

se, assim, com a tópica *theatrum mundi*, de forma que a composição de um cenário e a pintura de uma paisagem associam-se à narração de ações (como os elementos humanos na pintura) ou ao desenvolvimento de uma farsa teatral, inserindo a América Portuguesa dentro de um roteiro/destino previamente estabelecido pela divina providência.

O estudo das dissertações acadêmicas, especialmente no tocante ao aspecto geográfico aqui analisado, promove o aprofundamento e ampliação dos debates acerca de uma cultura letrada especificamente luso-americana, com agendas e vieses próprios. Os debates presentes na Academia dos Esquecidos foram continuados, posteriormente, com outras agremiações, notadamente a Academia dos Renascidos (1759). Essas escritas sobre a História se deram em um contexto de difusão dos saberes e da cultura das Luzes, processo que não se limitou ao continente europeu. A compreensão das representações estabelecidas nos ambientes letrados luso-americanos, considerando vieses e práticas específicas desse meio, é fundamental para o estudo da inserção da América nessa cultura.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Leon Battista. Da Pintura. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARNABÉ, Gabriel Ribeiro. Hugo Grotius e as relações internacionais: entre o direito e a guerra. Cadernos De Ética E Filosofia Política, 2(15), pp. 27-48, 2009.

BLUTEAU, Raphel. Vocabulário Portuguez e Latino. 10 vol. Coimbra: Cellegio das Artes da Companhia de Jesus. 1712-1728.

CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. Letrados d'El Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. "Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil". In: CASTELLO, José Aderaldo. O Movimento Academicista no Brasil, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

FRANCA, Gonçalo Soares da. "Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724)". In: CASTELLO, José Aderaldo. O Movimento Academicista no Brasil, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

GAMA, Luís Siqueira da. "Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil". In: CASTELLO, José Aderaldo. O Movimento Academicista no Brasil, v. 1, t. 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

HANSEN, J. A. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cythia G. (orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. "Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII colonial". Floema Especial - Ano II, n. 2 A. p. 111-131. out. 2006.

KANTOR, Íris. Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004.

_____. "Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720)". In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). Temas Setecentistas: governos e populações no império português. Curitiba: UFPR, 2009, v. 1. P. 232-239.

LESTRINGANT, Frank. A Oficina do Cosmógrafo ou a Imagem do Mundo no Renascimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

MACHADO, Inácio Barbosa. "Exercícios de Marte Nova Escola de Belona Guerra Brasília." (transcrição) In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. A Academia brasileira dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial. São Paulo: USP, 1999.

MOTA, Isabel Ferreira da. A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. In: Almanack Brasiliense. São Paulo, nº 11, p. 40-51, mai. 2010.

NUNES, Philippe. Arte da Pintura. Symmetria, e Perspectiva. Porto: Editorial Paisagem, 1982.

15

OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

PALERMO, Marcos Pascotto; FLORES, Alfredo de Jesus Dal Molin. O uti possidetis como contribuição latino-americana ao direito internacional. In: Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 19, n. 3, p. 136-151, 2022,

PIFANO, Raquel Quinet. Ut Pictura poesis no tratado de Philippe Nunes. In: XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 2005, Belo Horizonte. Anais do XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

_____. Pintura colonial brasileira: o atravessamento do texto. In: Anais do 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, Bahia, 2009. pp. 2602-2615.

SILVA, Thaíse. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real de História Portuguesa (1720-1721). In: História da historiografia. Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, p. 209.

SINKEVISQUE, Eduardo. "Breve Relação Sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou Uma Notícia Dividida em Quatro Anatomias". Estudos Portugueses e Africanos. Campinas, p. 59-80, Jun./Dez. 2000.

_____. Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654). Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Universidade de São Paulo, 2005.

VIEIRA, Antônio. História do Futuro. São Paulo: Hedra, 2005.

WEST, William N. Knowledge and Performance in the Early Modern Theatrum Mundi. *metaphorik.de*. n.14, 2008, p. 1-20.